

#### TIPO DE TRABALHO

ARTIGO CIENTÍFICO

#### ÁREA TEMÁTICA

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

#### TÍTULO

REVISÃO SISTEMÁTICA DA PESQUISA EM POLÍTICA PÚBLICA  
DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

**Thiago Pacife de Lima (tgopacife@live.com)**

INFRO

**Tomás Daniel Menéndez Rodrigues (tomas@unir.br)**

UNIR

)

#### RESUMO

Este trabalho tem por objetivo apresentar as principais características da produção científica sobre a política pública de assistência estudantil. A pesquisa do portfólio de trabalhos foi realizada com auxílio da ferramenta *publish or perish* com busca no *google* acadêmico, e a amostra utilizada foi de 46 trabalhos sendo 2 teses, 31 dissertações e 13 artigos publicados em periódicos, no período de 2003 a 2015. A técnica de revisão bibliográfica utilizada foi a revisão sistemática. A revisão bibliográfica sistemática é um método científico para busca e análise de artigos de uma determinada área da ciência, sendo amplamente utilizada em ciências sociais. Os resultados revelam que houve crescimento na produção acadêmica sobre assistência estudantil, sendo a análise documental a metodologia de pesquisa mais utilizada nos trabalhos pesquisados, no campo teórico a maioria dos autores discutem políticas públicas embora haja algumas inconsistências quanto ao referencial teórico utilizado em algumas pesquisas. De forma geral, os autores consideram que a política de assistência estudantil tem contribuído para o acesso, a permanência e o êxito no processo educativo.

**Palavras-Chave:** Revisão Sistemática. Política Pública. Assistência Estudantil.

## 1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, tem-se observado relativo crescimento nos estudos sobre a temática de políticas públicas no Brasil (SOUZA, 2003). Esse crescimento, na perspectiva de Melo (1999), pode ser explicado por três razões: o movimento na agenda política a partir de 1970; os obstáculos à consecução de políticas sociais efetivas que fortaleceu os estudos relacionados à efetividade da ação pública; e, finalmente, a propagação internacional das ideias de reforma do Estado e do aparelho do Estado, que dinamizaram a agenda pública entre 1980 e 1990 resultando em uma proliferação de estudos sobre políticas públicas.

De acordo com Souza (2006), a área de políticas públicas contou com quatro grandes teóricos: H. Laswell, H. Simon, C. Lindblom e D. Easton. Segundo a autora, Laswell buscou conciliar conhecimento científico/acadêmico com a produção empírica dos governos em busca do diálogo entre cientistas sociais, grupos de interesse e governo; Simon introduziu o conceito de racionalidade limitada dos decisores públicos, e que essa limitação poderia ser minimizada pelo conhecimento racional podendo ser maximizada até um ponto satisfatório. Lindblom questionou a ênfase no racionalismo e propôs que as políticas públicas precisariam incorporar outros elementos à sua formulação e à sua análise além das questões de racionalidade; por fim, a contribuição de Easton foi definir política pública como uma relação entre formulação, resultados e ambiente uma vez que os inputs dos partidos, da mídia e dos grupos de interesse, influenciam seus resultados e efeitos.

No Brasil, os estudos em políticas públicas surgem com a transição do regime militar (ditadura), para o regime democrático (ALMEIDA, 2000). Com isso, à expressão Políticas Públicas, vem sendo atribuída um rol de notoriedade em todos os campos, fala-se de Políticas Públicas para a educação, saúde, cultura, esporte, justiça e assistência social, dentre outras. (SETUBAL, 2012).

Uma das políticas públicas cuja produção acadêmica tem crescido nos últimos anos é a de Assistência Estudantil. Tal política vem ganhando destaque a partir de 2007 em decorrência da diversificação do quadro de estudantes das Instituições Federais de Ensino ocasionado pela implementação das políticas de reserva de vagas (cotas), a alunos oriundos integralmente do ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012), o que, além de garantir o acesso a grupos historicamente excluídos do ensino superior brasileiro, trouxe a necessidade de criação ou de aperfeiçoamento das ações que buscassem garantir a permanência dessa classe de estudantes.

Embora seja uma discussão recente, a preocupação com o provimento de recursos aos

estudantes socioeconomicamente vulneráveis remonta à Constituição Federal de 1988, que pode ser considerada um marco na democratização do país, e trouxe avanços significativos quanto à assistência estudantil, ao garantir o direito à igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, além de assegurar a educação como direito social. A LDB, publicada em 1996, reafirmou as pretensões já explicitadas na Constituição de 1988, no que se refere à assistência estudantil e à necessidade de garantir a permanência do estudante na escola (BRASIL, 1996).

Outro grande marco na história da assistência estudantil foi a criação em 1987, do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis – FONAPRACE, sua criação ocorreu a partir de discussões, encontros regionais e nacionais para a formulação de documentos que tratassem da preocupação com a permanência do estudante e da qualidade do ensino na educação superior (FONAPRACE, 1997).

Para Ramalho (2003), essas legislações e iniciativas foram a base para o surgimento do Plano Nacional de Assistência Estudantil - PNAES sancionado pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, assim, o PNAES emerge como política que visa garantir condições de permanência ao estudante, combatendo a evasão, a retenção e o abandono escolar. Vale ressaltar que cada instituição tem autonomia para decidir quais programas serão desenvolvidos com intuito de cumprir os objetivos do decreto.

Quanto à produção científica sobre políticas públicas Arretche (2003), afirma que multiplicaram-se as dissertações e teses sobre temas relacionados às políticas governamentais; disciplinas de políticas públicas foram criadas ou inseridas nos programas de graduação e pós-graduação; criaram-se linhas de pesquisa especialmente voltadas para essa área; todavia a área de políticas públicas no Brasil se caracteriza por uma baixa capacidade de acumulação de conhecimento, em função da proliferação horizontal de estudos de caso e da ausência de pesquisa.

Por se tratar de uma subárea muito ampla, uma característica da pesquisa em políticas públicas evidenciada por Souza (2006) e comentada por Melo (1999), é a abundância de estudos setoriais, que resultam em uma diversificação de objetos empíricos que se expandem horizontalmente, sem um fortalecimento vertical da produção.

Neste contexto, o presente trabalho busca investigar a produção científica relacionada ao Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, com intuito de responder à seguinte questão: como tem se caracterizado a pesquisa sobre o PNAES a partir da produção científica brasileira? O objetivo é apresentar as principais características da pesquisa sobre o

tema considerando as metodologias utilizadas pelos autores brasileiros a partir de uma amostra da produção científica coletada mediante a técnica da revisão sistemática.

O trabalho se justifica pela importância que o tema tem adquirido na última década e o decorrente crescimento na produção acadêmica a partir de dissertações, teses e artigos revela a necessidade em verificar os vários contextos considerados pelos autores, uma vez que se trata de um vasto campo de pesquisa sendo possível encontrar diferentes noções a respeito de como a política de assistência estudantil tem sido percebida.

O trabalho inicia com uma discussão sobre revisão bibliográfica da literatura, apresentando as principais características dos dois principais métodos existentes, em seguida são apresentados os procedimentos metodológicos que nortearam o trabalho e os critérios estabelecidos para escolha do portfólio de trabalhos utilizados, e, por fim, são apresentados os resultados da pesquisa e as considerações finais sobre as características da pesquisa sobre o PNAES.

## **2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA OU REFERÊNCIA TEÓRICO-EMPÍRICO**

O processo de revisão da literatura decorre da elaboração de uma síntese a partir de diferentes trabalhos com vistas em ampliar a compreensão sobre a produção acadêmica de determinada área do conhecimento. Por essa razão, é considerada como o primeiro passo para a construção do conhecimento científico uma vez que possibilita descobertas ou a formulação de novas teorias além de verificar as lacunas existentes na produção estudada.

Desenvolvida com base em material já elaborado como livros, artigos e teses, a pesquisa bibliográfica possui caráter exploratório, pois permite maior familiaridade com o problema, o aprimoramento de ideias e a descoberta de intuições (GIL, 2007).

Para Rother (2007), os artigos de revisão bibliográfica, assim como outras categorias de artigos científicos, são uma forma de pesquisa que utilizam de fontes de informações bibliográficas ou eletrônicas para obtenção de resultados de pesquisas de outros autores, com o objetivo de fundamentar teoricamente um determinado objetivo.

Duas categorias de revisão bibliográficas são encontradas na literatura: as revisões narrativas e as revisões sistemáticas, esta última se subdivide em quatro outros métodos, conforme pode ser observado na Figura 1.

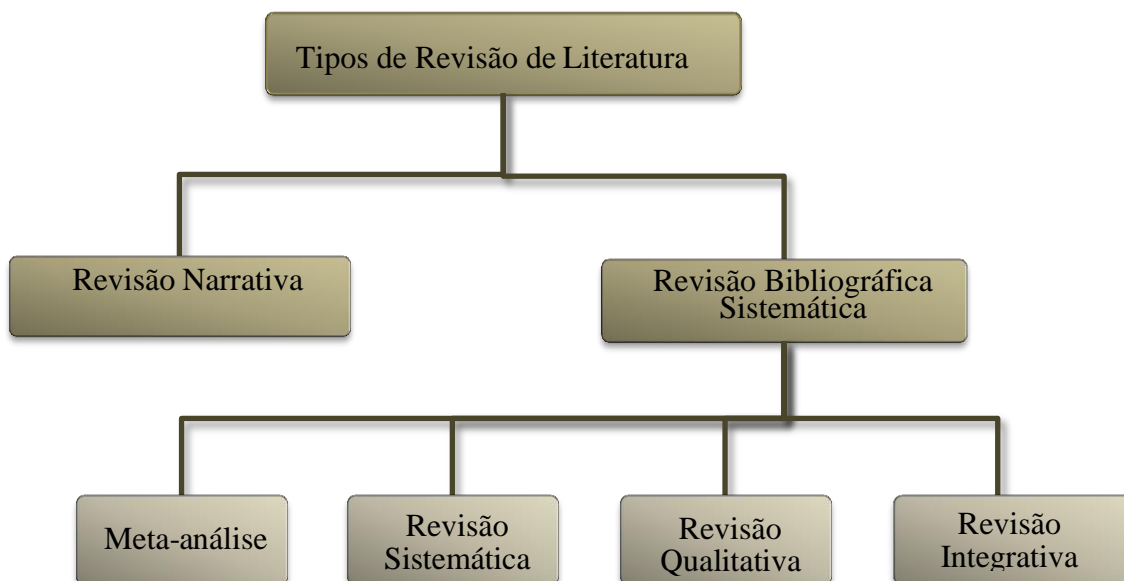


Figura 1 – Tipos de revisão de literatura

Fonte: WHITEMORE; KNAFL, 2005. Adaptado por BOTELHO; CUNHA; MACEDO, 2011.

Segundo Bernardo et al. (2004), os artigos de revisão narrativa são publicações amplas, que buscam descrever e discutir o desenvolvimento ou o estado da arte sobre determinado assunto pela ótica teórica ou conceitual. Em revisões narrativas não é necessário informar as fontes de informação utilizadas, a metodologia para busca das referências, nem os critérios utilizados na avaliação e seleção dos trabalhos. Constituem-se basicamente da análise da literatura publicada e da análise crítica do autor.

A revisão sistemática, ao contrário da narrativa, é uma revisão planejada para responder a uma pergunta específica e que utiliza métodos explícitos e sistemáticos para identificar, selecionar e avaliar criticamente os estudos, e para coletar e analisar os dados dos trabalhos incluídos na revisão (ATALLAH; COSTA, 2006). No Quadro 1 são apresentadas as principais características dos tipos de revisão sistemática.

<b>Tipo de Revisão</b>	<b>Definição</b>	<b>Propósito</b>	<b>Amostra</b>	<b>Análise</b>
Meta-Análise (CLEMMENS, 2001)	Utiliza técnicas estatísticas para transformar descobertas de estudos com hipóteses idênticas ou relativas em uma medida comum.	Estimar o efeito de intervenções ou de relacionamentos.	Pesquisa quantitativa de metodologia similar	Estatística

Revisão Sistemática (FORBES, 1998)	Possui objetivo e abordagem rigorosos para seleção de estudos com hipóteses idênticas ou relativas.	Sumariar (resumir) Evidência concernente a um problema específico.	Pesquisa quantitativa de metodologia similar	Narrativa ou estatística
Revisão Qualitativa (BECK, 2002)	Pesquisa bibliográfica que combina as descobertas de múltiplos estudos qualitativos.	Informar pesquisas ou práticas pela sumarização de processos ou experiências.	Pesquisa qualitativa	Narrativa
Revisão Integrativa (REDEKER, 2000)	Um sumário da literatura sobre conceito ou área específicos, em que a pesquisa é sumariada, analisada, e as conclusões totais são extraídas.	Revisar métodos, teorias, e/ou estudos Empíricos sobre um tópico particular.	Pesquisa quantitativa ou qualitativa; literatura teórica; literatura metodológica	Narrativa

Quadro 1 – Resumo dos tipos de revisão de literatura utilizados frequentemente em revisão bibliográfica sistemática.

Fonte: BOTELHO; CUNHA; MACEDO, 2011.

## 2.1 A Revisão Sistemática

A revisão sistemática consiste em uma forma de pesquisa que utiliza a literatura sobre determinado tema como fonte de dados possuindo vantagens (objetividade, poder de síntese, a possibilidade de replicação) e desvantagens (demasiado esforço e possibilidade de viés nas avaliações de qualidade) (SAMPAIO et al., 2006).

Sampaio e Mancini (2006), considerando os trabalhos de Sackett et al. (2000), Akobeng (2005), Dodd KJ et al. (2002) Chagas, et al. (2004) apresentam cinco passos que devem ser seguidos na realização de uma revisão sistemática:

*Primeiro passo - Definição da pergunta:* toda sistemática inicia com a formulação da pergunta/questão de pesquisa, que deverá ser bem formulada e clara.

*Segundo passo - Buscando a evidência:* o pesquisador deve se certificar que todos os artigos importantes estejam incluídos. A busca se inicia pela definição das palavras-chave, seguida das estratégias de busca e definição das bases de dados que serão pesquisadas.

*Terceiro passo - Revisão e seleção dos estudos:* durante a seleção dos estudos deve ser feita a avaliação dos títulos e dos resumos identificados na busca inicial, obedecendo aos critérios de inclusão e exclusão definidos inicialmente. Os critérios de inclusão e

exclusão são definidos com base na pergunta que norteará a revisão.

*Quarto passo - Analisando a qualidade metodológica dos estudos:* a qualidade da revisão sistemática dependerá da qualidade estudos considerados. É importante que o pesquisador considere as possíveis fontes de erro que possam comprometer a relevância do estudo.

*Quinto passo – Apresentação dos resultados:* os artigos incluídos na revisão sistemática podem ser apresentados em um quadro que destaca suas características principais, como: autores, ano de publicação e desenho metodológico. A seção metodológica deve ser bem detalhada apresentando as estratégias de busca, como os estudos foram selecionados para inclusão na revisão sistemática, entre outros) sendo descrita de tal forma que possibilite a reprodução.

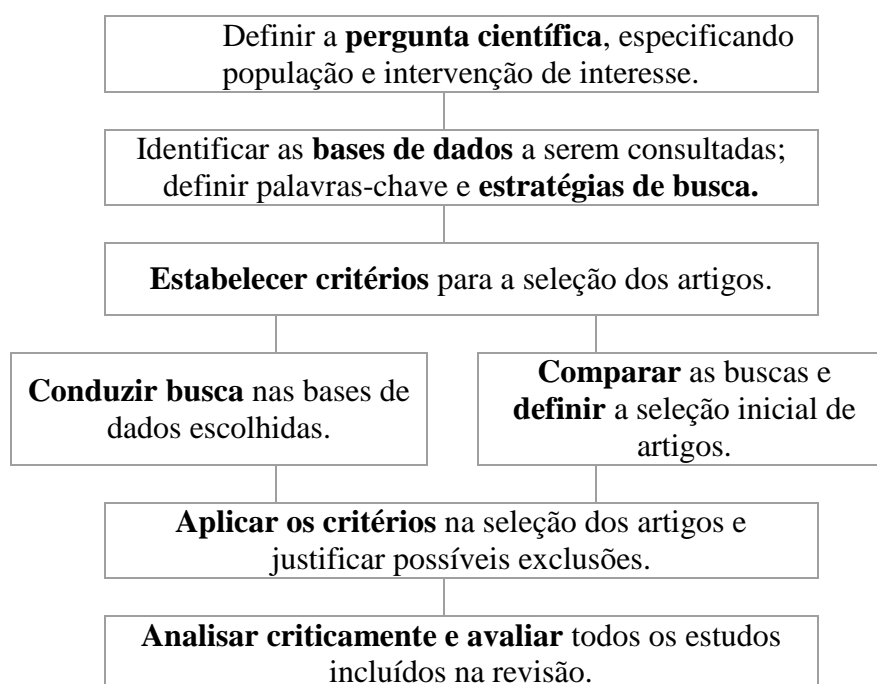


Figura 2. Descrição geral sobre o processo de revisão sistemática da literatura.

Fonte: SAMPAIO; MANCINI, 2006. Adaptado de DOMHOLDT (2005), LAW & PHILP (2002) e MAGEE (1998)

### 3 METODOLOGIA

Este trabalho pretende apresentar as principais características adotadas pelos



pesquisadores brasileiros nas pesquisas sobre a assistência estudantil, e verificar como essas pesquisas tem contribuído para o avanço da pesquisa teórica e empírica a respeito da referida política pública.

Vergara (1997) propõe que as pesquisas sejam classificadas genericamente quanto aos fins e quanto aos meios. Quanto aos fins, este estudo é descritivo, pois visa expor a evolução da pesquisa sobre assistência estudantil no Brasil, a partir da amostra de trabalhos selecionados. É também explicativo ao pretender analisar a evolução da produção acadêmica a partir dos trabalhos. Quanto aos meios, trata-se de pesquisa bibliográfica. A escolha pela revisão sistemática para definição do portfólio de trabalhos se justifica pelo fato dos trabalhos de revisão sistemática serem considerados originais uma vez que utilizam como fonte dados da literatura sobre determinado tema além de possuir rigor metodológico.

As fontes para este estudo foram dissertações, teses e artigos, selecionados com auxílio da ferramenta *publish or perish*. A referida ferramenta realiza buscas a partir do Google Acadêmico que apesar de não ser uma base de dados, fornece de maneira simples acesso a diversas publicações disponíveis em diferentes bases de dados, assim é possível pesquisar várias áreas e fontes em um só lugar e gratuitamente. Para a busca não foi estabelecido lapso temporal.

Após a formulação da questão norteadora da pesquisa e a definição do mecanismo de busca foram estabelecidas as palavras-chave para seleção dos trabalhos. As palavras definidas foram buscadas no título dos trabalhos e o resultado preliminar pode ser observado no Quadro 2.

<b>Palavras-chave</b>	<b>Resultados</b>
PNAES	7
Assistência Estudantil	172
Assistência Estudantil; Política Pública	13
Assistência ao Educando	2
Assistência ao Estudante	36
Programa Nacional de Assistência Estudantil	10
Plano Nacional de Assistência Estudantil	3
<b>Total</b>	<b>243</b>

Quadro 2 – Palavras-chave e resultados encontrados.

Fonte: Elaborado pelos autores.

A primeira filtragem consistiu em retirar os trabalhos duplicados e os trabalhos que, pelo título, fosse possível identificar que não se tratava do PNAES. Considerando que o PNAES se destina aos estudantes de nível médio e superior, matriculados em Instituições Públicas Federais, foi acrescentado como critério de exclusão trabalhos cuja pesquisa



investigasse a assistência em instituições particulares, municipais, estaduais ou em nível de pós-graduação. O resultado da primeira filtragem pode ser observado no Quadro 3.

<b>Critério de Exclusão</b>	<b>Total</b>
Trabalhos duplicados	52
Trabalhos que não tratavam do PNAES	41
Âmbito estadual ou pós-graduação	7
<b>Total de trabalhos excluídos</b>	<b>100</b>

Quadro 3 – Critérios de exclusão da primeira filtragem.

Fonte: Elaborado pelos autores.

A próxima etapa foi realizar o download dos 143 trabalhos remanescentes após a primeira filtragem. Foi realizada a leitura dos resumos, sendo possível estabelecer os critérios para a segunda filtragem. Inicialmente pretendia-se considerar os artigos publicados em anais de eventos, todavia, após leitura dos resumos, percebeu-se que a maior parte se tratava de pesquisa basicamente empírica ou artigos de revisão que apenas descreviam as políticas adotadas pelas instituições estudadas, por essa razão optou-se por excluí-los.

Outro fator que merece ser destacado é que após a leitura dos resumos, percebeu-se que alguns trabalhos apesar de abordarem a temática de assistência estudantil, não tratavam do PNAES ou ainda apresentavam a perspectiva de uma classe profissional sobre a política, considerando que a metodologia da revisão sistemática é estruturada para evitar viés (tendenciosidade) optou-se pela retirada destes trabalhos. Os critérios de exclusão e a quantidade de trabalhos excluídos na segunda filtragem podem ser observados no quadro 4.

<b>Critério de exclusão</b>	<b>Total</b>
Documentos Institucionais	6
TTC de Graduação	2
Trabalhos publicados em anais de eventos	34
Trabalhos que não tratavam especificamente do PNAES	18
Artigos publicados em periódicos não avaliados pelo Qualis CAPES	2
Trabalho não encontrado para download	35
<b>Total de trabalhos excluídos</b>	<b>97</b>

Quadro 4 – Critérios de exclusão filtragem 2.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Superadas as etapas de filtragem, a amostra que compôs o portfólio deste artigo foi composta de 46 trabalhos sendo 2 teses, 31 dissertações e 13 artigos. Os trabalhos selecionados estão apresentados nos Quadros 5, 6 e 7 respectivamente.

<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Ano</b>
A.V. Kowalski	Os (Des)Caminhos da Política de Assistência Estudantil e o Desafio na Garantia de Direitos.	2012
G. Pinto	A Política de Assistência Estudantil da UFF em duas faces: a institucionalidade dos processos e as perspectivas da demanda	2015

Quadro 5 – Teses selecionadas.

Fonte: Elaborado pelos autores.

<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Ano</b>
W. F. A. Barreto	O Programa de Bolsas de Manutenção Acadêmica como Estratégia da Política de Assistência ao Estudante na UFPE.	2003
M. L. F. Vargas	Ensino Superior, Assistência Estudantil e Mercado de Trabalho: um estudo com egressos da UFMG.	2008
S. G. Costa	A equidade na Educação Superior: uma análise das Políticas de Assistência Estudantil.	2010
E. A. Oliveira	Assistência Estudantil: Percepção dos estudantes dos campi I e II do CEFET-MG.	2011
V. S. A. Gonçalves	A Assistência Estudantil como Política Social no contexto da UFPEL: concepções, limites e possibilidades.	2011
M. J. Coelho	A Política de Assistência Estudantil e a Contrarreforma Universitária: Estudo Sobre o Programa de Moradia Universitária na Universidade Federal do Ceará.	2012
S.M. Pessoa	Assistência ao Estudante na Universidade Federal do Ceará contribuições teóricas e práticas.	2012
S. C. Menezes	Assistência Estudantil na Educação Superior Pública: o programa de bolsas implementado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.	2012
S. C. S. Carvalho	Avaliação da Eficácia da Política de Assistência Estudantil na Universidade Federal de Lavras.	2013
A.P.G. Parente	Da Legislação à Prática: Uma análise do Programa Auxílio Permanência, da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Brasília para os estudantes em vulnerabilidade social.	2013
J. C. S. Almeida	Avaliação da Implementação do PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil na UFPR: Impactos e Resultados para Graduandos com Fragilidade Econômica.	2013
A. C.L. Assis	Desafios e possibilidades da Política de Assistência Estudantil da UFJF.	2013
L. E.G. Ramalho	Abordagem Avaliativa da Política de Assistência Estudantil em uma Instituição de Ensino Profissional.	2013
K. R. O. França	A Assistência Estudantil e a Efetivação do Direito à Educação no IFRN.	2013
M. R. A. Melo	A Assistência Estudantil no Contexto da Reforma do Ensino Superior Público do Brasil: um estudo da assistência estudantil da UFS a partir da implantação do PNAES.	2013
C. M. Nascimento	Assistência Estudantil e Contrarreforma Universitária nos anos 2000.	2013

R. P. Magalhães	Assistência Estudantil e o seu papel na Permanência dos Estudantes de Graduação: a experiência da Universidade Federal do Rio de Janeiro.	2013
F. Stolf	Assistência Estudantil na Universidade Federal de Santa Catarina: uma análise inicial do programa bolsa estudantil.	2014
S. N. Santiago	A Política de Assistência Estudantil no Governo Lula: 2003 a 2010.	2014
Z. M. R. M. Dumaresq	Análise da Política de Assistência Estudantil no Âmbito do Instituto Federal do Ceará - <i>Campus</i> de Fortaleza - sob o olhar dos discentes.	2014
B. A. Graeff	A Política de Assistência Estudantil na Universidade Federal: da escola pública para o ensino superior.	2014
S. D. Mariz	O Programa de Assistência Estudantil (PNAES): uma reflexão sobre sua implementação na UFPB.	2014
V. F. Terra	Implementação da Política de Assistência Estudantil: Um estudo de três instituições Federais de Ensino Superior localizadas no Sul de Minas Gerais.	2015
S.B. F. Betzek	Avaliação do programa nacional de assistência estudantil – PNAES na UTFPR <i>Campus</i> Medianeira.	2015
Dicíola F.A Baqueiro	Equidade e eficácia na educação: contribuições da política de assistência estudantil na permanência e desempenho discente.	2015
E. L. Loeblin	A materialização do programa nacional de assistência estudantil - PNAES para estudantes de graduação da UNIR/ Ji-Paraná/RO.	2015
T.R. A. Souza	Estudo das relações entre a permanência no ensino técnico e a assistência estudantil no IFTM – <i>Campus</i> Paracatu.	2015
I. S.C. Dias	Avaliação da Política de Assistência Estudantil: o auxílio alimentação no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO) - <i>Campus</i> Palmas.	2015
J. B. P. Penha	Monitoramento e Avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) no âmbito da UFPE - <i>Campus</i> Vitória de Santo Antão.	2015
A. F. D. Pinheiro	Avaliação da Assistência Estudantil: possibilidade e limites de uma política pública educacional.	2015
N. M. Marafon	A Política de Assistência Estudantil na Educação Superior Pública: uma avaliação do programa Bolsa Permanência da UFSC (2008-2013).	2015

Quadro 6 – Dissertações selecionadas.

Fonte: Elaborado pelos autores.

<b>Autor(es)</b>	<b>Título</b>	<b>Ano</b>	<b>Periódico</b>	<b>Qualis Capes</b>
N. B. Vasconcelos	Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil.	2010	Ensino em Revista	B3
J. F. Cislighi; M.T. Silva	O Plano Nacional de Assistência Estudantil e o Reuni: ampliação de vagas versus garantia de permanência.	2012	SER Social	A2
C. M. Nascimento	Estado Autocrático Burguês e Política Educacional no Brasil: contribuições ao debate sobre a assistência estudantil nas IFES.	2012	SER Social	A2
J. E.O. Silva; C.J. Amante; P. A. Melo; F. M. Silva	A gestão dos Programas de Assistência Estudantil nas Universidades Públicas Brasileiras: o modelo da Universidade Federal de Santa Catarina.	2012	RGPD	B3
J. L. Leite	Política de Assistência Estudantil: direito da carência ou carência de direitos?	2012	SER Social	A2
E. M. C. Abreu	Avaliação da Implementação da Política de Assistência ao Estudante no contexto do Plano de Expansão da Educação Profissional e Tecnológica no Maranhão.	2013	RPP	A2
J. Z. A. Gúde; M. D. S. Loreto; D. S. Azevedo	O Programa de Assistência Estudantil: características e repercussões nos indicadores acadêmicos e nas condições de vida dos beneficiários.	2013	Oikos	B3
J. P. Machado; M.A. G. S. Pan	Política Pública e subjetividade: a assistência estudantil na universidade	2014	Textos e Contextos	A2
A.L.O. L. Taufick	Análise da Política de Assistência Estudantil dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.	2014	RBPAE	A2
J. Palavezzini; F. M. M. G. Nogueira	Os programas de assistência estudantil do ensino superior no Brasil: a experiência da UTFPR - Dois Vizinhos.	2014	Serv. Social em Revista	B2
J. Z. A. Gúde; M. D. S. Loreto; D. S. Azevedo	Vulnerabilidade social como critério utilizado na política de assistência estudantil: uma análise conceitual e empírica.	2014	Serv. Social em Revista	B2
G. E. Oliveira; M. R. N. S. Oliveira	A permanência escolar e suas relações com a política de assistência estudantil	2015	Reveduc	B2
J. M. S. Felipe	Assistência Estudantil no Instituto Federal Fluminense: possibilidades e limites para a permanência escolar e conclusão de curso.	2015	Textos e Contextos	A2

Quadro 7 – Artigos selecionados.

Fonte: Elaborado pelos autores.

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A primeira análise realizada consistiu em verificar a frequência e distribuição percentual dos trabalhos analisados (Vide Tabela 1), dividindo-os em estudos teóricos e estudos teórico empíricos. Alguns trabalhos apresentaram mais de uma estratégia, nesses casos foi considerada a estratégia predominante.

Tabela 1 – Frequência e distribuição percentual conforme “tipo de estudo” da amostra de trabalhos selecionados no período de 2003- 2015

Estudo Teórico			Estudo Teórico-Empírico		
Tipo de Estudo	Frequência	%	Tipo de Estudo	Frequência	%
Revisão Bibliográfica	6	13	Estudo de Caso	7	16
Crítico-reflexivo	6	13	Pesquisa Documental	20	43
			Levantamento	1	2
			Análise de Conteúdo	6	13
<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>26</b>	<b>Total</b>	<b>34</b>	<b>74</b>

Fonte: elaborado pelos autores.

Obs.: Optou-se por efetuar o arredondamento dos percentuais para números inteiros.

Conforme pode ser observado e considerando a amostra estudada, os estudos teórico-empíricos foram mais frequentes, sendo a pesquisa documental a metodologia mais utilizada pelos pesquisadores. Vale ressaltar que 70% dos artigos publicados em periódicos se enquadraram em estudo teórico.

Os estudos teóricos representaram 26% da amostra e, ao analisar os conteúdos da introdução, referencial teórico e da conclusão verificou-se que a maior parte dos trabalhos iniciaram e terminaram com a mesma retórica, é elevada a preocupação dos autores em descrever as políticas de assistência estudantil desenvolvida pelas instituições estudadas, ou ainda em citar textos na íntegra das legislações que regulamentam o PNAES, isso influencia na limitada contribuição desses trabalhos para o avanço do conhecimento em políticas públicas e também em relação à assistência estudantil, não contribuindo efetivamente para o estado da arte da pesquisa.

A respeito dos estudos teórico-críticos cujo objetivo é além de descrever o fenômeno estudado contribuir com uma reflexão crítica do autor sobre a temática, na maioria dos casos, a análise do autor se resume a uma mera revisão da literatura. Apesar disso, foram verificados estudos que realmente alcançaram os objetivos a que se propuseram sendo a análise crítica do autor o diferencial entre este tipo de pesquisa e a revisão de literatura.

Conforme pode ser observado na Tabela 2, a maior parte dos trabalhos não faz

referência à abordagem metodológica na qual se inspira. Em alguns trabalhos foi possível deduzir a abordagem epistemológica, em outros foi possível enquadrar na abordagem mais próxima, ainda assim para a maior parte dos trabalhos não foi possível estabelecer uma abordagem metodológica.

Tabela 2 – Frequência e distribuição percentual conforme “abordagem metodológica” da amostra de trabalhos selecionados no período de 2003- 2015

<b>Abordagem Metodológica</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
Empirista	4	9
Positivista	7	15
Dialética	12	26
Sistêmica/Estruturalista	2	4
Não Identificado	21	46
<b>Total</b>	<b>46</b>	<b>100</b>

Fonte: elaborado pelos autores.

Os trabalhos empiristas (9% da amostra), apresentam as características marcantes dessa abordagem que tem como principal teórico o inglês John Locke (1632-1704). Os defensores dessa corrente filosófica acreditam que as pessoas nada conhecem, como uma folha em branco, o conhecimento é limitado às experiências vivenciadas, e as aprendizagens se dão por meio de tentativas e erros, assim, os trabalhos dessa categoria prezam pela observação empírica, pelo teste experimental e mensuração quantitativa das variáveis.

Os trabalhos classificados como positivistas apresentam como características principais a busca pela explicação de fatos a partir de suas relações, normalmente são estudos quantitativos sem o aprofundamento nas causas. No positivismo, tem destaque as pesquisas de levantamento com emprego de questionários e escalas.

Nos trabalhos enquadrados no método dialético-crítico e no materialismo histórico a dialética foi defendida pelos pesquisadores na perspectiva de ser um método capaz de levar em consideração a dinâmica dos processos sociais, abarcando o genérico e o singular, e, por esta razão seria um dos métodos mais adequados para estudo da política de assistência estudantil. O emprego da dialética, foi utilizado na maior parte dos trabalhos na área de educação e serviço social, sendo as principais características a concepção da realidade como uma contradição, foi possível notar que os autores apresentam os conceitos de tese, antítese e síntese no referencial teórico, todavia nos resultados da pesquisa não associam esses conceitos à explicação do fenômeno.



Quanto aos objetivos e problemas de pesquisa, os mais recorrentes dentre os trabalhos estudados foram indagações sobre como se apresenta a execução da PAE, ou como ela se efetiva na garantia dos direitos aos alunos. Nesse sentido a maior parte das pesquisas consideram a percepção dos estudantes como forma de avaliar a política e também utilizam dados de permanência, rendimento escolar e percentual de conclusão dos cursos na tentativa de aferir o impacto da implementação do PNAES nas instituições. Algumas pesquisas além da percepção dos estudantes também estudam a visão dos gestores ou profissionais diretamente ligados à assistência estudantil.

Algumas pesquisas buscaram avaliar a política de forma ampla, nesses casos os títulos dos trabalhos levavam o leitor a pensar que seriam estudadas todas as instituições brasileiras, no entanto os estudos se limitavam a apenas uma instituição.

De forma geral, na maior parte dos estudos, principalmente os ligados aos programas de pós-graduação em Educação e Serviço Social e que utilizam o método dialético, predominam a perspectiva crítica onde as políticas assistenciais aparecem associadas a uma visão negativa da assistência social praticada no contexto da sociedade capitalista.

Uma inadequação encontrada durante a análise dos problemas de pesquisa foram as questões passíveis de serem respondidas por “sim” ou “não”. Vale ressaltar que em alguns trabalhos o objetivo geral também era considerado o problema de pesquisa uma vez que só havia menção a este.

Conforme foi discutido na introdução do artigo a área de políticas públicas no Brasil se caracteriza por uma baixa capacidade de acumulação de conhecimento, em função da proliferação horizontal de estudos de caso e da abundância de estudos setoriais, dotando a área de uma diversificação de objetos empíricos que se expandem horizontalmente, sem um fortalecimento vertical da produção. Após análise dos artigos e conforme pode ser observado na Tabela 3, as indagações de Arretche e Melo se confirmam também para as pesquisas em assistência estudantil.



Tabela 3 – Frequência e distribuição percentual conforme “abordagem teórica” da amostra de trabalhos selecionados no período de 2003- 2015

<b>Abordagem Teórica</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
Políticas Públicas	11	24
Equidade	3	7
Eficácia	1	2
Ensino Superior	2	4
Assistência Estudantil	6	13
Teoria da Aprendizagem Cooperativa	1	2
Ciclo de Políticas de Condé	1	2
Perspectiva Política e Normativa	1	2
Dialética	8	18
Capital Social	1	2
Não Mencionado	11	24
<b>Total</b>	<b>46</b>	<b>100</b>

Nota-se que 24% dos trabalhos estudados não mencionam a abordagem teórica da pesquisa. Foi verificado também que muitos trabalhos trazem como referencial teórico a política de assistência estudantil (ou outros temas), que não são teorias, nestes casos a assistência estudantil seria o objeto de estudo que necessitaria de uma teoria que pudesse explica-la ou descrevê-la na perspectiva de contribuir para o avanço da ciência, objetivo principal dos mestrados acadêmicos e dos doutorados. Mesmo considerando que cada área do conhecimento possui suas peculiaridades, que devem ser respeitadas, pode-se considerar essa falta de aporte teórico como a principal fragilidade das pesquisas sobre a política de assistência estudantil.

No tocante às instituições de origem das dissertações e teses, no Quadro 8 são apresentados os números de trabalhos desenvolvidos em cada instituição e o percentual de trabalhos por região do país.

<b>Região</b>	<b>Instituição de Origem</b>	<b>Nº de trabalhos</b>	<b>Percentual por região</b>
Centro-Oeste	UNB	2	6%
Nordeste	UFBA	1	33%
	UFPB	1	
	UFRN	1	
	UFS	1	
	UFPE	3	
	UFC	4	
	UFPA	1	

Norte	UFT	1	9%
	UNIR	1	
Sudeste	Faculdade Novos Horizontes	1	31%
	UFMG	1	
	UNESP	1	
	UFJF	2	
	UFLA	2	
	PUC-RJ	3	
Sul	UCPEL	1	21%
	UFRGS	1	
	UNIVALI	1	
	PUC-RS	2	
	UFSC	2	
<b>Total</b>		<b>33</b>	<b>100%</b>

Quadro 8 – Número de trabalhos por instituição e percentual por região brasileira.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Na amostra estudada a maior parcela de produções acadêmicas que tratam da assistência estudantil foram de instituições do nordeste brasileiro, com destaque para as Universidades Federais do Ceará e de Pernambuco. No tocante às áreas das produções, no Gráfico 1 é apresentada a distribuição dos trabalhos de acordo com a área de estudo dos programas de pós-graduação.

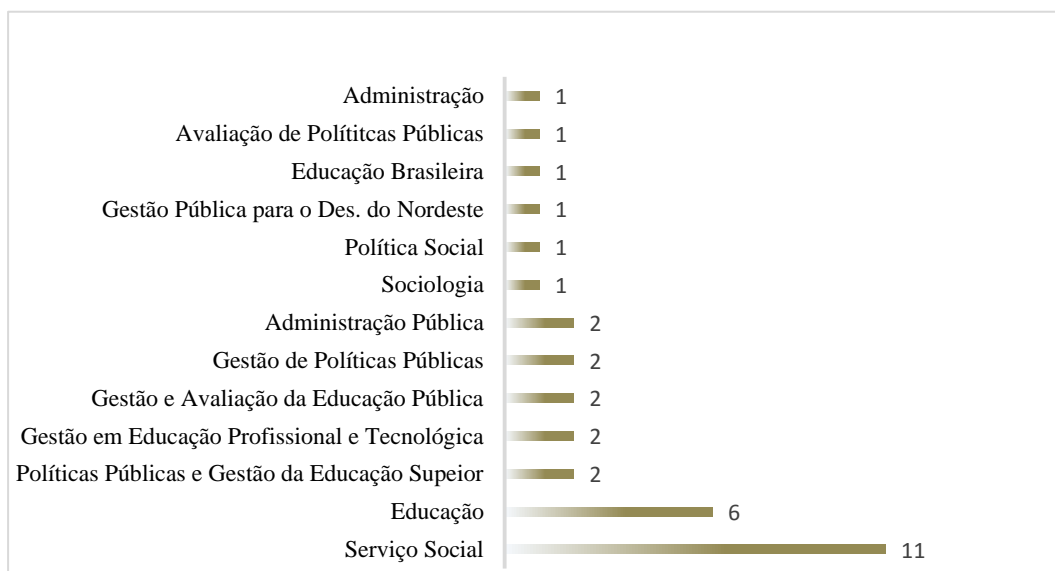


Gráfico 1 – Número de trabalhos por programa de pós-graduação.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Com intuito de contribuir para futuras buscas sobre a pesquisa em assistência

estudantil, no Gráfico 2 são apresentadas as 14 palavras-chave mais citadas dentre os artigos estudados.



Gráfico 3 – Palavras-chave mais utilizadas.

Fonte: Elaborado pelos autores.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS OU CONCLUSÕES

É inegável o atual crescimento dos estudos na área de políticas públicas no Brasil, principalmente em decorrência da multiplicação de dissertações e teses sobre temas relacionados às políticas governamentais. O mesmo tem ocorrido com a política de assistência estudantil, nesse contexto PNAES pode ser definido como “um conjunto de ações articuladas (recursos financeiros e humanos), na busca pela igualdade na educação pública brasileira, um dos reflexos dessas ações foram as políticas de acesso diferenciado (políticas de reservas de vagas).

As mudanças ocorridas nas políticas públicas educacionais nos últimos anos formaram um corpo discente diferente dos quadros tradicionalmente compostos nas instituições federais de ensino, e certamente pode ser considerado um fator preocupante quando associamos a condição socioeconômica às taxas de evasão vivenciadas pelas instituições, tais acontecimentos apenas reforçam a importância do PNAES.

Ao considerarmos que o corpo discente é o público alvo do PNAES, podemos considerar procedente que a maior parte das pesquisas realizadas busquem verificar a percepção dos estudantes quanto ao desenvolvimento da política, todavia, os pesquisadores

apenas estudam os alunos que foram beneficiados. A política visa garantir o acesso, a permanência e o êxito, falta então pesquisas que analisem a visão das pessoas que não foram beneficiadas, pois a exclusão destes poderia revelar alguma falha no processo de seleção dos bolsistas. Outro fator muitas vezes não considerado em alguns estudos são os alunos beneficiados que por alguma razão desistiram do curso, seria uma pesquisa interessante verificar porque o auxílio estudantil não foi suficiente para garantir ao estudante a permanência na instituição.

Os estudos relacionados à política de assistência estudantil, em sua maioria provém da área do serviço social e da educação, todavia, enquanto ciência social, muito acrescentaria ao estado da arte da pesquisa, se pesquisadores das demais áreas das ciências sociais aplicadas contribuíssem com a pesquisa trazendo para o estudo outros paradigmas e visões epistemológicas favorecendo a intersubjetividade sobre o tema.

De forma geral, os estudos relatam que a política de assistência estudantil tem contribuído para a redução das desigualdades entre os estudantes socioeconomicamente vulneráveis, todavia, alguns autores evidenciam a necessidade de aprimoramento na execução da mesma para que possa alcançar plenamente seus objetivos.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, N. L. T. Educação Pública e Serviço Social. IN **Revista Serviço Social e Sociedade** nº 63. São Paulo: Cortez, 2000.

ARRETCHE, M. Dossiê agenda de pesquisa em políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 7-9, fev. 2003.

ATALLAH A.N.; CASTRO A. A. Revisão sistemática e Metanálise. in: Atallah AN, Castro AA. **Evidências para melhores decisões clínicas**. São Paulo: Lemos-Editorial; 1998.

BERNARDO W.M.; NOBRE M.R.C.; JATENE F.B. A prática clínica baseada em evidências. Parte II: buscando as evidências em fontes de informação. Ver Assoc Med Bras. 2004.

BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. C.A.; · MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e Sociedade**. Belo Horizonte, v.5, n. 11, p. 121-136, maio-ago. 2011

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. 1988. 14 ed. São Paulo: Saraiva 1996.

BRASIL. Lei nº 9394, de 29 de Dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação, 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos> . Acesso em 20 jun. 2016.

BRASIL. Decreto nº 7234 de 19 de Julho de 2010. Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato20072010/2010/Decreto/D7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20072010/2010/Decreto/D7234.htm). Acesso em 20 jun. 2016.

CASTRO, C. M. Memórias de um orientador de tese. In: BIANCHETTI, L.; MACHADO, A. M. N. (org.). *A bússola do escrever: desafios e estratégias na orientação de teses e dissertações*. Florianópolis: Ed. da UFSC; São Paulo: Cortez, 2002.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS. *Plano Nacional de Assistência Estudantil*. Disponível em: <<http://www.andifes.org.br>> Acesso em: 13 jun. 2016.

GIL, A. C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MELO, M. A. Estado, governo e políticas públicas. In Sergio Miceli (org.), *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*, São Paulo, 1999. v. 3, p. 59-100.

ROTHER, E. T. Revisão sistemática X revisão narrativa. *Acta paul. enferm.* [online]. 2007, vol.20, n.2. ISSN 0103-2100. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001>. Acesso em: 13 jun. 2016.

SAMPAIO R.F.; MANCINI M.C.; FONSECA S.T. Prática baseada em evidência: buscando informação para fundamentar a prática clínica do fisioterapeuta e do terapeuta ocupacional. **Revista Brasileira de Fisioterapia**. 2002 v. 6, p. 113-8.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**. n.16, Porto Alegre, jul/dez, 2006.

SOUZA, C. Estado do campo da pesquisa em políticas públicas no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. 2003. vol. 18. nº 51. p.16-20.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 1997.